



<p>Público</p> <p>27-10-2016</p>	<p>Periodicidade: Diário</p>	<p>Temática: Internacional</p>
	<p>Classe: Informação Geral</p>	<p>Dimensão: 2453 cm²</p>
	<p>Âmbito: Nacional</p>	<p>Imagem: S/Cor</p>
	<p>Tiragem: 51453</p>	<p>Página (s): 1/22 a 23</p>

Mariano Rajoy promete um modelo de governo inédito

Líder popular aposta numa governação negociada para ultrapassar hostilidade do Congresso espanhol p22/23



22 • Público • Quinta-feira, 27 de Outubro de 2016

MUNDO

Sem alternativas, Mariano Rajoy pede apoio para governar

“Qualquer lei terá de ser fruto de negociação”, admitiu o líder conservador. PSOE e Unidos Podemos prometem liderar oposição

Espanha
João Ruela Ribeiro

Poucas vezes se terá ouvido da boca de Mariano Rajoy as expressões “diálogo”, “pacto” ou “colaboração” com tanta insistência como no debate parlamentar de ontem. Com o Congresso mais fragmentado dos últimos 40 anos, o líder conservador sabe que está obrigado a negociar de forma diária com as restantes bancadas, de forma a evitar novas eleições.

“Estou consciente de que entrámos numa nova etapa política”, disse Rajoy perante os deputados que compõem aquele que é muito provavelmente o Congresso mais hostil que um governo espanhol terá pela frente. Para que o executivo não seja “estéril”, Rajoy admite que “qualquer lei terá de ser fruto da negociação”. Entre o apoio condicionado do Cidadãos, a necessidade de conquistar abstenções embaraçadas do PSOE e a oposição feroz do Unidos Podemos, Rajoy promete uma governação negociada: “Não me vai faltar tempo para escutar e entender as vossas inquietações”, garantiu aos deputados.

A emergência de novos actores políticos nos últimos anos – saídos dos anos da austeridade aplicada pelo próprio Partido Popular – revolucionou a paisagem política espanhola. Habitados ao domínio exclusivo de socialistas e conservadores, os líderes dos partidos tradicionais vêem-se agora num quadro muito diferente que os obriga a negociar.

É isso que explica que, naquela que é uma sessão tradicionalmente reservada à apresentação do programa de governo, Rajoy tenha devotado dois terços do seu discurso de pouco mais de 45 minutos à governabilidade. Essa será a questão de fundo da legislatura, a partir da qual todas as políticas terão de se conformar.

Mas até quando adoptou um tom programático, Rajoy fê-lo a pensar nas pontes que terá de construir a partir de agora. Escolheu o “empre-

go” e o “Estado social” como as grandes prioridades do seu executivo. “O emprego foi sempre a minha preocupação e prioridade máxima”, garantiu, apesar de Espanha continuar a registar a segunda taxa de desemprego mais elevada da União Europeia, apenas atrás da Grécia.

Rajoy falou também da corrupção – um tema caro ao Cidadãos – para defender que hoje “não há impunidade”. Porém, disse estar aberto a “promover as reformas necessárias para reforçar a confiança dos cidadãos nas instituições”. Em cima da mesa mantém-se o acordo de 150 compromissos assinado no Verão com os Cidadãos – cujo apoio na altura foi insuficiente para viabilizar um governo conservador –, que Rajoy diz querer cumprir.

A luta pela oposição

Foi a segunda vez em menos de três meses que Mariano Rajoy se dirigiu ao Congresso para convencer os deputados a viabilizarem um governo liderado por si. Os acontecimentos da última semana dão-lhe, desta vez, mais certezas de que irá cumprir esse objectivo – não hoje, mas na segunda votação, marcada para sábado. Tudo indica que Rajoy tem a indignação assegurada à segunda ronda, por via da abstenção prometida pela liderança interina dos socialistas. Mas não é certo que a vida do governo que venha a tomar posse venha a ser facilitada.

À saída da sessão, a porta-voz do PSOE, Isabel Rodríguez, garantiu que o seu partido “vai liderar a oposição”. “Por nós, estaríamos a votar não [à investidura de Rajoy], mas não se trata de nós, mas sim do país. Precisamos de acabar com esta situação de bloqueio”, afirmou. O ex-líder Pedro Sánchez garantiu que vai chumbar a investidura.

Mas a oposição mais cerrada vem da coligação de esquerda Unidos Podemos, que se pretende afirmar como a verdadeira oposição ao futuro governo, aproveitando-se da “cendência” socialista. “É difícil liderar a



Mariano Rajoy prometeu uma governação negociada para ultrapassar a hostilidade do Congresso

Ainda não há Governo mas já há protestos

Millhares de estudantes, pais e professores saíram ontem às ruas das principais cidades espanholas em protesto contra a reforma educativa que o Governo conservador aprovou ainda na legislatura anterior. As associações estudantis dizem que em Madrid participaram 60 mil pessoas; as autoridades dizem ter sido apenas 1300. Em Barcelona foram 8500, diz a polícia.

Todo o sector da educação se uniu à greve geral, convocada por associações de estudantes e de pais e que receberam apoio da maioria dos professores e até das comunidades autónomas

governadas pelo Partido Popular. Em causa está a introdução de novos exames, nos finais de ciclo do ensino obrigatório. Estudantes e professores contestam a medida, que dizem vir apenas prejudicar os alunos com mais dificuldades económicas e sociais, privando-os desde cedo de qualquer aspiração a prosseguir estudos superiores.



Por nós, estaríamos a votar não, mas não se trata de nós, mas sim do país. Precisamos de acabar com esta situação de bloqueio

Isabel Rodríguez
 Porta-voz do PSOE



Como votará Pedro Sánchez?

O ex-secretário-geral do PSOE Pedro Sánchez informou que hoje vai estar ao lado dos deputados socialistas catalães e votará "não" à investidura de Mariano Rajoy como chefe do Governo de Espanha. Mas, numa curta declaração à saída do Congresso, não quis dizer se, no sábado, na votação decisiva, fará o mesmo ou seguirá a disciplina de voto imposta pelo partido e abster-se-á. "Sábado será outro dia", afirmou.

Sánchez, forçado a demitir-se na sequência do impasse político que atirava o país para a sua terceira eleição em dez meses, foi a ausência notória na reunião convocada pela comissão de gestão do PSOE até à eleição de um novo secretário-geral com a bancada parlamentar do partido.

O encontro foi marcado para reforçar, a todos os deputados, que "a resolução adoptada pelo comité federal é um mandato expresso sobre o sentido de voto na sessão de investidura, tanto na primeira como na segunda votação".

"Amanhã votarei 'não', ao lado dos meus companheiros e companheiras", escreveu Sánchez no Twitter. A mensagem confirmava a sua coerência com a doutrina do "não é não" que lhe custou a liderança, mas também sugeria que os restantes 15 deputados que reclamaram o direito de votar contra o novo Governo do PP (entre os quais os sete socialistas catalães) tencionam romper a disciplina de voto.

Sánchez recusou esclarecer o que fará no sábado. Mas o *El Mundo* citava fontes que garantem que o seu voto será na mesma "não" — e que será o seu último voto antes de se demitir do Congresso.

oposição e ao mesmo tempo colocar Mariano Rajoy na Moncloa [sede do Governo]. Alguns vão ter de fazer muitos malabarismos", afirmou o porta-voz do Podemos, Iñigo Errejón.

O partido que irrompeu na política espanhola a partir das grandes manifestações na Porta do Sol contra as políticas de austeridade de Rajoy pretende responder desde já ao novo governo. Para sábado está marcado um "cerco" ao Congresso em protesto contra a investidura de Rajoy. Porém, a estratégia do Podemos não é consensual no seio do próprio partido. O líder, Pablo Iglesias, mostrou-se a favor da iniciativa e prometeu até dirigir-se aos manifestantes no local. Errejón encabeça um sector que insiste numa oposição mais institucional, ancorada no grupo parlamentar e com menos ênfase nas acções de rua.

joao.ruela@publico.pt

16

deputados socialistas pretendem votar contra a investidura de Mariano Rajoy, apesar da disciplina de voto imposta pelo partido

O Governo minoritário cria muito mais problemas ao PSOE do que ao Partido Popular



Análise Jorge Almeida Fernandes

Mariano Rajoy declarou há dias que a falta de uma maioria no Congresso pode criar uma situação que, "por ser difícil, pode converter-se numa grande oportunidade para resolver alguns dos grandes desafios que a Espanha tem de afrontar no futuro". Não indicou a prioridade das reformas. Mas, para garantir a estabilidade de um governo minoritário, apontou o senso comum: "Incidir nos pontos em que maior possibilidade há de acordo e deixar de lado aqueles em que o desacordo mais difícil é de superar."

Não é assim tão simples. Basta um exemplo. A sustentabilidade do sistema de pensões depende da política fiscal em que os principais partidos estão em simétrico desacordo. Num debate promovido pelo *El País* em Junho, o PP e o Cidadãos defenderam a prioridade de uma redução de impostos, enquanto o PSOE e o Podemos propunham subidas fiscais. Comentou o jornal que "deveria ser claro para os eleitores que baixar a carga fiscal e ao mesmo tempo reduzir o défice e manter um financiamento folgado da protecção social, é impossível". A negociação com Bruxelas do calendário da redução do défice e a aprovação do Orçamento serão a primeira prova de fogo do novo executivo e das suas relações com as oposições.

Outros dois pontos críticos são o sistema de financiamento das comunidades autónomas e o desafio separatista da Catalunha. São temas a que, pela urgência, já não se pode aplicar o princípio de "deixar de lado" aquilo em

que prevalece o desacordo. "Se o futuro Governo Rajoy não encontrar um ponto comum para acordar um referendo com as garantias necessárias [num quadro constitucional], o choque entre a Catalunha e a Espanha será cada vez mais inevitável", escreve o comentador catalão Lluís Foix.

Num Parlamento fragmentado, em que o Governo já não tem maioria absoluta, a necessidade de fazer pactos torna-se crucial. Todos terão de fazer concessões, diz Rajoy. O próprio PP terá de dar o exemplo, aceitando rever leis impostas pela sua anterior maioria, como as da Educação e as laborais. Ontem, no discurso de investidura, Rajoy insistiu na necessidade de uma cultura de pactos, "um modelo de governo ainda inédito na Espanha, mas similar aos que funcionam em muitos países da Comunidade Europeia".

O ponto crucial é outro. As actuais circunstâncias políticas não parecem favoráveis a uma cultura de pactos. O PSOE atravessa uma fase imprevisível, dominado pelas fracturas internas, sem uma direcção legitimada e sob intensa acossa do Unidos Podemos (UP). Pablo Iglesias, que acaba de anunciar uma nova fase de luta

que combinará a mobilização de rua e o combate institucional, não perderá nenhuma oportunidade para explorar todas as concessões que o PSOE faça. E tentará provocar divisões dentro das divisões dos socialistas. O mesmo farão os independentistas catalães.

Rajoy tem na sua mão um triunfo perante o PSOE: pode dissolver o Parlamento a partir de Maio de 2017, o que não daria tempo aos socialistas para restabelecer a coesão interna. Mas, se os socialistas não estão interessados em eleições a médio prazo, há pelo menos uma força interessada na dissolução e que a exigirá no Congresso e nas ruas: o Unidos Podemos. Este quer, e o momento é propício, disputar a hegemonia da esquerda ao PSOE e assumir-se no Congresso como líder da oposição.

O PSOE está numa encruzilhada. Se não pactua, dá argumentos a Rajoy. Se teme eleições, perde poder negocial perante o PP. Rajoy estará à vontade na sua nova imagem de "presidente dialogante", pois poderá conseguir passar para a oposição o "ónus da ingovernabilidade" e dela tirar futuros dividendos eleitorais.

jafernandes@publico.pt



Pablo Iglesias quer disputar a hegemonia da esquerda ao PSOE